

Recebido em: 02/09/2018.
Aprovação final em: 17/09/2019.

ENTRE A CASA E A RUA, O “ESPAÇO”.

BETWEEN THE HOUSE AND THE STREET, THE “SPACE”.

ENTRE LA MAISON ET LA RUE, “L’ESPACE”.

ENTRE LA CASA Y LA CALLE, EL “ESPACIO”.

Paula Cristina Corrêa Bologna*

RESUMO: Prédios abandonados, ao serem ocupados por movimentos de luta por moradia, passam a ser reivindicados como “casa” pelos seus ocupantes. No cotidiano, contudo, o usual é que as pessoas que habitam as ocupações declinem do termo “casa” e se refiram aos seus locais de moradia enquanto um “espaço”. O que sugiro neste artigo é que o uso deste termo pelos militantes não é aleatório, mas possui uma gramática e noções de temporalidade própria. Ademais, sugiro que estes “espaços”, reduto do cotidiano, são locais conformadores de experiência e de novas sociabilidades que são caras à formação do movimento de moradia enquanto ator político. As reflexões apresentadas neste artigo são o resultado de dois anos de pesquisa etnográfica junto ao Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC) e à Ocupação Mauá.

Palavras-chave: movimento de moradia, Ocupação Mauá, Movimento de Moradia da Região Centro, espaço, casa.

ABSTRACT: *Derelict buildings, when are occupied by housing social movements, are claimed as a home by those people who inhabit them. In everyday life, however, it is typical that squatters reject the term “house” and refer to their dwelling places as a “space”. What I suggest in this article is that the use of this term by militants is not random, but it possessed its own meaning and notion of temporality. Also, I suggest that these “spaces”, a stronghold of everyday life, are places that shape experiences and new sociabilities which are essential to the conformance of the housing social movement as a political actor. The reflexions presented in this paper are the results of two years of ethnographic research with the Movimento de Moradia da Região Centro (Housing Movement of the Centre Region) and Ocupação Mauá (Mauá Squatter).*

* Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil.
E-mail: pbologna.c@gmail.com

Keywords: *housing movement, Movimento de Moradia da Região Centro, Ocupação Mauá, “space”, dwellings.*

RÉSUMÉ: *Les bâtiments abandonnés, lorsqu'ils sont occupés par des mouvements pour le logement, sont revendiqués comme “maison” par leurs occupants. Dans la vie de tous les jours, cependant, il est courant que les gens qui y habitent renoncent au terme “maison” et se réfèrent à leur lieu de résidence comme un “espace”. Ce que je suggère dans cet article, c'est que l'utilisation de ce terme par les militants n'est pas aléatoire, mais il possède une grammaire et des notions de temporalité propres à eux. En outre, je suggère que ces “espaces”, royaume de la vie quotidienne, soient des lieux qui façonnent l'expérience et de nouvelles sociabilités chères pour la formation du mouvement pour le logement en tant qu'acteur politique. Les réflexions présentées dans cet article font partie des résultats de deux années de recherche ethnographique avec le Mouvement pour le Logement de la Région Centre (MMRC) et l'occupation de Mauá, à São Paulo.*

Mots clés: *Mouvement pour le logement, Occupation Mauá, Mouvement pour le logement de la Région Centre, Espace, Maison.*

RESUMEN: *Los edificios abandonados, al ser ocupados por movimientos de lucha por vivienda, pasan a ser reivindicados como “casa” por sus ocupantes. En el cotidiano, sin embargo, lo usual es que las personas que habitan las ocupaciones declinan del término “casa” y se refieren a sus locales de vivienda como un “espacio”. Lo que sugiero en este artículo es que el uso de este término por los militantes no es aleatorio, pero posee una gramática y nociones de temporalidad propia. Además, sugiero que estos “espacios”, reducidos de lo cotidiano, son locales conformadores de experiencia y de nuevas sociabilidades que son caras a la formación del movimiento de vivienda como actor político. Las reflexiones presentadas en este artículo son el resultado de dos años de investigación etnográfica junto al Movimiento de Vivienda de la Región Centro (MMRC) y la Ocupación Mauá.*

Palabras clave: *movimiento de viviendas, Movimento de Moradia da Região Centro, Ocupação Mauá, “espacio”, viviendas.*

INTRODUÇÃO

Encostada na bancada improvisada de uma cozinha improvisada, Thelma tomou mais um gole de chá, hábito que adquiriu na casa de uma patroa inglesa onde era babá, e respondeu à pergunta

que eu lhe fizera: “É sim, é a primeira vez que eu estou num movimento de moradia. Minha vida antes era muito diferente de tudo isso, sabe, Paula? Tá tudo uma loucura agora.” Ela me conta que até fevereiro de 2015, morava com o marido e as duas filhas – uma de 4 e outra de 10 anos – em um apartamento na Av. 9 de Julho, no centro de São Paulo. “A gente estava pagando a prestação. Ia ser nosso aquele apartamento, um pouco que já era”. Em meados de 2013 a filha caçula adoeceu de pneumonia e Thelma passou a dividir o tempo entre a casa, o hospital e o trabalho. Quando a pequena piorou, ela priorizou estar mais perto da filha e deixou o emprego. O que ela não esperava é que o outro arrimo da família, o marido, estaria igualmente desempregado pouco tempo depois. Com o dinheiro escasso, as contas se acumularam sobre a mesa, e a falta do pagamento das prestações fez com que o banco lhes tomasse a casa. Thelma, o marido e as crianças foram morar em uma pensão no centro da cidade. Em pouco tempo o ambiente insalubre foi demais para as crianças e Thelma decidiu enviar as meninas para a casa da mãe [dela ou do marido?], no interior de Minas Gerais. Sem trabalho fixo, ela e o marido se sustentavam com trabalhos esporádicos e de curta duração [bicos], mas toda e qualquer renda recebida era insuficiente para arcar com os R\$960,00 mensais do aluguel do quarto “infestado de percevejos e baratas”, além das demais contas domésticas. Na iminência de ir para a rua, Thelma recorreu a Jirlaine, uma amiga que havia feito no hospital na época em que a filha estivera internada. Jirlaine era moradora em uma ocupação e coordenadora de um dos três movimentos de moradia responsável pelo lugar, o Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC). Me contou Thelma que a amiga, ao lhe acolher, foi categórica ao dizer “o que eu posso fazer pra te ajudar é oferecer é um “espaço” pra vocês viverem. Agora, para voltar a ter uma casa, vocês terão que lutar por ela”.

Thelma foi morar com o marido era uma ocupação vizinha a da amiga. Três meses depois, as doze famílias do local foram despejadas e, sem terem para onde ir, foram acolhidas na ocupação em que vivia Jirlaine: a Ocupação Mauá, localizada na região da Luz, no centro de São Paulo.

Na tarde que me contou a sua história, Thelma ainda vivia no acampamento improvisado no salão central da Ocupação Mauá. A situação, que se esperava temporária durou seis meses, depois dos quais, Thelma e o marido passaram a viver em um único cômodo recém-construído no fundo da mesma ocupação. Eu a visitei na segunda semana depois da mudança. O local, aos poucos, ganhava ares de aconchego: uma cortina de renda branca pendia de um varal no meio do cômodo com o intuito de separar, como possível, a cozinha do quarto. Uma estante guardava os utensílios de cozinha e os mantimentos. Ela ainda não tinha guarda-roupa, de modo que as vestes que não estava em malas ou em caixas de papelão estavam dobradas sob a cama. O único banheiro disponível estava do lado de fora e era de uso coletivo das doze famílias que viviam no mesmo pátio.

Tudo estava muito limpo e o habitual[familiar?] cheiro de chá de cidreira prevalecia no ar. Ela me confessou que havia feito o chá porque sabia que eu viria. Em seis meses de aproximação e amizade, tornou-se um ritual nosso conversar entre uma e outra xícara de chá. Neste dia, ela me contou da mudança e dos planos de decoração e reforma que tinha para o lugar, me contou que o marido finalmente tinha arrumado um trabalho e que ela queria trazer ao menos uma das crianças de volta pra São Paulo. Me disse que era um alívio estar ali, ter enfim “um canto” depois do tempo vivido na pensão e no acampamento. Quando eu disse a ela que a sua casa estava ficando bonita ela, talvez sem se dar conta de que me corrigia, me respondeu com algo comum de se escutar dentre os habitantes de uma ocupação por moradia: “Não é exatamente minha casa, né? Mas eu gostei muito do “espaço” que me arrumaram aqui”.

Thelma já tivera uma casa. Agora ela e sua família engrossavam o número de pessoas sem-teto na cidade de São Paulo e viviam em um “espaço” numa ocupação de um movimento de luta por moradia na região central da Luz, onde viviam aproximadamente outras 250 famílias.

Uma ocupação é reivindicada como uma moradia, como uma casa para quem a ocupa. Contudo, no cotidiano, o usual é que as pessoas viventes nestes locais declinem do termo casa e reivindiquem os seus locais de habitação como um “espaço”, como Thelma o fez quando falava comigo. Quando alguém vai embora de uma ocupação, diz-se que tal pessoa está “deixando o espaço”. Quando um morador infringe gravemente as regras de convivência estabelecidas pela coordenação da ocupação – como trazer pessoas para morar na ocupação sem aviso e negociação prévia com coordenadores, ou brigas domésticas que envolvam violência, abuso do uso de álcool ou de drogas, entre outras coisas – este ou esta é convidado a “retirar-se do espaço”. Se alguém chegar à ocupação em busca de um local para morar, diz-se que “tal pessoa veio aqui pedir um espaço”. Em raras ocasiões ouve-se a referência a estes “espaços” com o uso do vocábulo “casa”, exceto em situações de trato com um público externo, tal como a imprensa ou outros meios de comunicação, em situações de conflito envolvendo algum órgão do poder público ou o proprietário do imóvel, ou ainda através de expressões corriqueiras, como convites para tomar um café “lá em casa”. A pesquisa de campo que deu origem a este texto teve duração de aproximadamente dois anos. Durante este período, participei de diversas atividades políticas conduzidas pelos movimentos de moradia responsáveis pela Ocupação Mauá, assessoriei o coordenador geral do MMRC e estive presente na rotina doméstica da Ocupação Mauá. Foi durante minha presença no íntimo do cotidiano dos moradores, mas principalmente no cotidiano das moradoras, que a diferenciação no uso dos termos “casa e espaço” se tornou evidente, antes disto, parecia-me que ambos os vocábulos – casa e espaço – eram utilizados de forma intercambiável, isto é, como sinônimos. Ao perceber a diferença de uso dos termos (casa e espaço) a pergunta que surgiu foi: o que esses ocupantes apreendem por casa e por “espaço”? E quais são as relações implicadas na utilização desses termos?

A casa, a rua e o “espaço”

A sugestão para compreender um dos sentidos atribuídos ao “espaço” e a diferença que este apresenta em relação à “casa”, surgiu em uma conversa em que Jirlania, coordenadora do MMRC, moradora da ocupação e uma de minhas principais interlocutoras, me contava de seu encontro com a Ocupação Mauá. Jirlania se referiu a este dia como quando foi “pedir um espaço na Mauá”. Com as questões mencionadas acima já em mente, indaguei a ela o porquê da preferência pelo termo “espaço” e não “casa” para designar o seu local de moradia, e tivemos o seguinte diálogo:

- ‘Ué, Paula, porque aqui não é minha casa’. ‘Mas você mora aqui, não mora?’ ‘Moro, mas posso não morar daqui a pouco. A gente tá o tempo todo correndo o risco de despejo. Além do mais, aqui é só um espaço, não é uma casa, casa’. ‘Como assim, Ji? Então, o que é casa?’ ‘Ah! Sei lá... Casa tem sala, quarto, cozinha, quintal, um banheiro só da sua família. E ninguém te diz o que fazer ou que você tem que ir embora, isso é casa’

Um outro dia, com outro tema qualquer em pauta, Nelson, também um dos coordenadores da Ocupação Mauá e o coordenador geral do MMRC, me ofereceu semelhante explicação para a diferença entre os termos:

- ‘Até hoje eu nunca aceitei uma demanda pra mim¹. Já tive a chance, Paula, mas nunca peguei porque eu tô aí na luta e não preciso de muito pra viver, meu **espaço** me basta. Mas agora eu me preocupo com isso, às vezes até me arrependo de nunca ter aceitado. Hoje eu quero uma **casa** pra deixar pra ele [aponta para o seu filho pequeno que brinca no chão], pra que ele não cresça no desamparo e não precise ficar de despejo em despejo, sendo tratado feito bicho pela sociedade. Eu quero que ele tenha uma **casa** de verdade, com espaço pra brincar. Não quero pra ele viver em um aperto como este, que mal dá pra uma pessoa viver’. [grifo meu]

¹ Neste contexto, aceitar uma “demanda” significa conseguir comprar uma casa através da inclusão em programas sociais.

Ainda neste sentido, encontrei grafado em meu diário de campo uma conversa com Laura, outra coordenadora do MMRC e moradora da Ocupação Mauá. Falávamos de coisas corriqueiras, das demandas inesgotáveis do trabalho, da família e do tempo escasso a ser dividido entre todas as tarefas domésticas e os estudos. Sobre este último ponto ela se queixou:

‘ (...)preciso ter um canto pra estudar, Paula. Quando eu chego em casa à noite, o Juliano [o marido] quer ver o jornal, descansar, eu tenho que estudar pra faculdade e o Paulo [o filho] terminar a lição da escola. Ele gosta muito de ler já, sabia? Graças a deus é estudioso e não me dá trabalho. Às vezes, de noite quando a gente chega, ele senta lá fora [no corredor estreito que dá acesso aos espaços] pra ler, porque aqui, amontoado, é impossível. E ainda tem os barulhos todos, de vizinho, de música, gritaria. [Na ocupação] não tem sossego. Não tem aquela sensação de ‘quero ir pra casa’, sabe? a gente precisa ter um lugar pra descansar, arrumar nossas coisinhas, sei lá, fazer o que quiser. Como eu faço isso aqui, neste tamanho de **espaço**? Mas também, é aquilo... Eu não posso me queixar também, né? Porque graças a Deus é melhor do que estar na rua. O tempo que eu vivi na rua foi o pior da minha vida, não quero isso pro Paulo, nem pra mim e nem pra ninguém’. [grifo meu]

Esses três diálogos indicam que a casa não se resume a uma estrutura física habitável, mas é também um local de segurança material onde não há o risco do despejo para a família, onde as regras de convivência são relativas ao núcleo familiar, e onde a privacidade, a tranquilidade e certa liberdade podem ser resguardadas.

Semelhante conclusão foi encontrada por Filadelfo (2015), em sua etnografia junto a movimentos sociais de moradia. O autor analisou a importância e as múltiplas possibilidades de produção de “família” e “casa” junto aos membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I, compreendendo que ambos os termos – casa e família – “costumam ser pensados socialmente em estreita relação, na qual uma família é definida pela casa que habita” (Idem, p.13).

O autor afirma que há uma importância de caráter material na definição atribuída à “casa”: seu valor monetário, suas estruturas, sua localização, sua dimensão, a quantidade de pessoas que é capaz de comportar etc. Mas esta materialidade não é suficiente para explicar as múltiplas “significações atribuídas a casa”. É preciso ter em conta que a casa é, igualmente, “a objetificação de ideias, pessoas e relações que dotam essa casa de múltiplos usos e sentidos”. Filadelfo também enfatiza que uma dimensão considerada fundamental em sua tese é de que a casa “é muitas vezes concebida como um fim”, é o “sonho a ser realizado” e o objetivo pelo qual as famílias se inserem nos movimentos de luta por moradia. (Idem, p.255-256)

De volta à discussão sobre o “espaço”, não creio que este seja compreendido por minhas interlocutoras e interlocutores como algo de exclusiva oposição à casa. O “espaço” é, antes, algo que apresenta nuances. Para esclarecer este ponto, acredito ser fértil resgatar algo do ensaio “A casa e a rua” escrito por Roberto DaMatta [1985 (1997)].

DaMatta utiliza “a casa e a rua” como duas categorias sociológicas “no sentido preciso [utilizado por] Durkheim e Mauss”, ou seja, como conceitos que pretendem dar conta daquilo que uma sociedade “institui como seu código de valores e ideias” e que traduz aquilo “que a sociedade vive e faz concretamente”. Ao dizer isso, o autor afirma que os termos nativos “casa e rua” não designam somente “espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis”, mas antes de tudo são “esferas de ação social (...) e por causa disso, capazes de despertar emoções, reações (...) e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas” (DaMatta, [1936 (1997, p.14)].

DaMatta definiu “a casa” como um local de afinidades onde relações, objetos e valores são resguardados e, de tal ordem que elas são tidas como um “espaço moral”. Na casa, as pessoas se sentem integradas e realizadas tanto no plano físico, como moral e social. É um espaço ao mesmo tempo inclusivo e exclusivo. Entretanto, o autor estabeleceu uma dicotomia em que a categoria “casa” só faria sentido quando posta em “contraste, complementariedade e oposição” com o mundo exterior, ou seja, o universo da rua.

O caráter público da rua – em oposição ao privado da casa – abrigaria o que é confuso, desordenado e tenebroso. Na rua estaria o que pertence ao universo “da malandragem”, e seria também na rua que “somos quase sempre maltratados pelas chamadas “autoridades” e onde não temos paz e nem voz” (Idem, p.19), onde prevalece o individual em detrimento do familiar.

A concepção de rua trazida por DaMatta ecoa entre os sem-teto. A rua pode ser o lugar da violência, da miséria, da fome, da humilhação, da exploração e do descaso social, assim como é um dos lugares onde a “luta dos sem-teto” é travada. Esse conjunto de características atribuído à rua é reafirmado nas declarações de diversos moradores e moradoras da Ocupação Mauá. A exemplo, temos o que disse João, um ex-morador de rua, que afirmou: “você chega [da rua] na Ocupação destruído, como eu cheguei, sem dentes, sem emprego, sem comida, sem dignidade”. Ou ainda, ao ouvir as narrativas de vida de Nelson, Laura e Jirlania. Histórias distintas, mas que partilham o comum de uma vida de privações, pobreza e luta. Cada um destes interlocutores, em algum momento, afirmou que entrar para o movimento de moradia foi o caminho encontrado ou para sair da rua, ou para não acabar nela.

A distinção estabelecida por DaMatta entre “a casa” e “a rua”, dialoga com as menções de “casa” e “rua”, articuladas dentre os militantes do MMRC e habitantes da Mauá. Há, portanto, a anuência da “casa” como um ideal de moradia desejável, com suas peculiaridades próprias de privacidade, autonomia organizacional, império do familiar e da segurança. Ao passo que a rua é o *locus* do indesejável, do inseguro, o local para o trânsito, mas nunca para a moradia.

É preciso ressaltar, porém, que tal oposição básica na gramática social entre “casa e rua” não constitui:

(...) um contraste rígido e simples, dado por substâncias invariantes contidas em cada termo, mas frente a um par estrutural que é constituído e constituinte na própria dinâmica de sua relação (DaMatta, [1936 (1997, p.16)].

O autor enfatiza que é preciso ter em conta aquilo que Louis Dumont chamou de “englobamento”, ou seja, uma “operação lógica em que um elemento é capaz de totalizar o outro em certas situações específicas” (Idem, p.16).

Isto posto, voltemos à discussão acerca do “espaço” e como este é significado por militantes da Ocupação Mauá. Vimos que, segundo suas afirmações, os “espaços”, não congregam todos os critérios que estes [eles?] atribuem à “casa” e tampouco podem ser caracterizados com os elementos que designam a “rua”. Logo, o que sugiro é que os “espaços” se encontram entre as categorias “casa e rua”, ou seja, entre o ideal da casa e o indesejado da rua. Para além de um termo cuja significado é próprio, o “espaço” inspira noções particulares de conduta, sentimento e de temporalidade. O “espaço” se caracteriza pela dimensão do trânsito, do temporário. Isto porque, viver em uma ocupação não é algo que se entende, idealmente, como permanente, mas um espaço-tempo entre estar na rua – condição eminente – e a conquista da casa reivindicada. Há uma recorrência de pequenas atitudes, gestos e discursos que estão, de um modo ou de outro, atrelados a futuros desejados que só são passíveis de concretização quando da “posse da casa”. Ademais, parece-me que o tempo da “casa” está associado ao individual ou familiar, enquanto o tempo passado no “espaço”, está associado ao que é coletivo, ao movimento e suas regras e diretrizes. Mas falemos de uma coisa por vez, a começar pela ideia de temporalidade e futuros possíveis.

“Espaço”, temporalidade e sociabilidades

Cabe recordar que é expressivo o número de migrantes de outros estados vivendo nas ocupações². Embora a luta para conseguir uma moradia digna seja realizada em São Paulo, são frequentes as menções a respeito da vontade de um dia voltar para a terra natal. O desejo, contudo, não é conflitante, pois os laços afetivos e familiares

² Em todo o tempo que participei do cotidiano do MMRC não encontrei alguém que fosse natural de São Paulo. Grande parte de meus interlocutores são oriundos de outros Estados e regiões do Brasil. Os desdobres de vida que os trazem à São Paulo e às ocupações são muitos, porém não é objetivo destes textos discorrer sobre tais fluxos. Contudo, tal discussão pode ser encontrada na tese de Filadelfo (2015).

são expandidos e abraçam tanto quem e o que se deixou na terra de origem, como aquilo e aqueles que se encontram na nova cidade. Contudo, se por um lado há quem mantenha o desejo de voltar para a terra natal, por outro, é unânime o argumento de que São Paulo é o local onde há relativa abundância de trabalho e possibilidade de renda e poupança. Ainda que os desejos da localidade da casa sejam múltiplos, o desejo de querer uma casa é comum.

Desse modo/Assim, são habituais os relatos de moradoras e moradores que, em algum momento, conseguem transferir renda ou pequenos bens duráveis para as famílias que estão distantes. Há quem conseguiu contribuir para a construção de um açude em um terreno da família onde a água é escassa, há quem conseguiu planar o terreno onde mora a mãe, há quem enviou geladeira, jogos de panela e utensílios domésticos para ficar sob a guarda dos parentes, enquanto a vida dessas pessoas ainda se desenrola na capital paulista. Quando questionei uma interlocutora o porquê enviar tais coisas para tão longe de onde morava atualmente, a resposta foi: “envio as coisas pra minha casa, pra quando eu me mudar pra lá”. Uma outra moradora me contou em tom exagerado que havia, “mandado um caminhão de coisas pra Bahia”. Outra moradora, que diferente das anteriormente citadas não gostaria de sair de São Paulo, quer poder entrar na casa nova com um enxoval todo novo, razão pela qual mantém uma mala embaixo da cama com os itens que vai comprando aos poucos: panos de prato, toalhas de mesa e banho e lençóis. Itens que ela ocasionalmente “lava, coloca pra tomar sol e volta a guardar”, esperando o dia em que poderá usá-los.

Todas as pessoas com quem estabeleci diálogo mais íntimo guardavam algo, mas não somente objetos; também desejos: Antônio quer ter uma churrasqueira, Thelma um jardim, Laura um escritório para estudar, Nelson, assim como Jirlania, um quintal “pros meninos brincarem”. A filha mais velha de Jirlania quer um banheiro só dela. São diversos desejos e expectativas que essas pessoas vão economizando, guardando e cuidando com zelo para quando, “finalmente, tiverem uma casa”. Assim, essas pessoas mantêm certos fragmentos da vida, de algum modo, em suspenso, na espera de se-

rem continuados [os fragmentos?] quando da conquista da casa. Mas esse futuro idealizado e atrelado à conquista da casa é somente uma das esferas da vida dos homens e mulheres que ocupam. Enquanto isso, há toda uma vida sendo vivida na ocupação

A ciência da ocupação como um local de trânsito não afasta dos ocupantes a dimensão do cuidado em relação aos “espaços”. São diversas as moradoras e moradores que, quando as condições financeiras permitem, trocam o piso, pintam e reformam seus locais de moradia. Quando perguntei a uma moradora o porquê de reformar o “espaço” sabendo que a qualquer momento poderiam se mudar, ele me disse que “enquanto a gente não sai, a gente vai ajeitando do jeito que a gente quer. Mas eu sei que se eu tiver que ir embora, não levo nada”. Mesmos aqueles e aquelas cuja renda não permite alterações como as ocasionadas por reformas, cuidam e zelam pelos “espaços”. É comum o uso de penduricalhos, bibelôs, vasos de plantas, tapetes, almofadas, cortinas ou rendas nas moradias. Objetos que preenchem os “espaços” com o máximo possível de uma atmosfera de aconchego e personalidade.

Este zelo não é restrito aos espaços mais íntimos, ele é igualmente visível nos espaços partilhados da ocupação com a escala para a rotina de limpeza, a manutenção do sistema elétrico, a reparação e troca do sistema hidráulico, a troca de piso em todos os andares e a pintura e renovação da fachada do edifício. Este último ocorreu em 2012, antes que eu sequer conhecesse a ocupação Mauá, os moradores e moradoras pintaram de branco e vermelho toda a fachada do prédio. Essa ação, rendeu à Mauá enorme visibilidade, tanto da mídia, que evidenciava modos de “organização e vida dos sem-teto”³ no centro de São Paulo, como de vizinhos e moradores da região que elogiavam a transformação estética do “prédio mais feio da região”, no “prédio mais bonito”. (Paterniani, 2013 p.223)

Mesmo depois de tanto tempo da reconstrução da fachada, a modificação realizada no prédio ainda figura nos discursos dos moradores como motivo de orgulho. Em 2017, quando imersos em período de tensão diante da possibilidade de que ocorresse a reintegração de posse do prédio, o discurso sobre o cuidado com as ins-

³ Reportagens sobre o ocorrido foram veiculadas pelas revistas Marie-Claire, Carta Capital e pela Rede Brasil Atual.

talações e estruturas do prédio eram ostentados como um exemplo de como eles haviam trazido vida e beleza a um prédio abandonado.

Tal dimensão do cuidado se assemelha com a noção de habitar proposta por Tim Ingold (2015), a qual diz respeito à ação daquele que habita na produção do seu mundo, ao mesmo tempo em que também é produzido por esse “mundo”. Diferente do conceito-espaço⁴ tal como é abordado pelo autor, para meus interlocutores e interlocutoras “espaço” é justamente o local “habitado”. Neste sentido, ocupar, para os membros dos movimentos de moradia e ocupantes da Mauá, não é somente residir no local, ainda que temporariamente, mas trazer vida ao imóvel que, como reincidentemente clamam, “estava vazio, cheio de ratos, baratas e entulho”. Ocupar, aqui, assim como habitar, pode ser considerado como verbo intransitivo, pois refere-se “à maneira como os habitantes, isolados ou em conjunto, produzem suas próprias vidas, e como a vida, prossegue”. (Ingold, 2015 p.34)

Não é segredo ou novidade que aqueles e aquelas que se inserem nos movimentos de moradia o fazem impelidos por necessidades materiais.⁵ E, ainda que pareça óbvio, cabe retomar que nunca observei ou encontrei em outras etnografias sobre movimentos de moradia, a constatação de que ocupações são vistas como uma moradia definitiva. O próprio discurso vigente nos movimentos consiste em “lutar pela casa própria” ou “lutar por seus direitos”, sendo o primeiro deles, o direito à moradia digna. Viver no “espaço” de uma ocupação é visto, desse modo, como um intervalo entre a dificuldade passada, ocasionada mormente pela escassez material e uma esperança de melhoria de vida a partir da conquista da casa, seja ela adquirida por meio das políticas públicas habitacionais, ou através da economia de recursos para sair do aluguel.

4 Para Ingold, a noção de espaço “trata-se do mais abstrato, do mais vazio do mais destacado das realidades da vida e da experiência”. Podendo, simplificada, ser “nada” e o nada não pode ser habitado. O autor argumenta que afirmação abstrata de que vivemos em espaços é resultado da operação da “lógica da inversão”. Em poucas palavras “a inversão transforma as vias ao longo das quais a vida é vivida em limites dentro dos quais está encerrada. A vida, de acordo com esta lógica, é reduzida a uma propriedade interna de coisas que ocupam o mundo, mas, estritamente falando não o habitam. Um mundo que seja ocupado, mas não habitado, que está cheio de coisas existentes, em vez de tecido a partir do seu devir, é um mundo de espaço” (Ingold, 2015 p.215)

5 Narrativas das trajetórias de vida de militantes e o que os levou a adentrarem em movimentos de luta por moradia podem ser encontrados nos trabalhos de Bologna (2018), Ribeiro (2017), Filadelfo (2008; 2015), Kohara (2013) e Paterniani (2013).

Assim, creio que é possível compreender os “espaços” como algo mais do que um tipo particular de moradia. Acredito que o termo possui uma gramática própria e que pode ser encarado igualmente com uma categoria analítica e sociológica, posto que a partir da vivência no “espaço” e na ocupação, uma série de outras relações de sociabilidade, dinâmicas de comportamento e conduta são estabelecidas pelos seus ocupantes. Para jogar luz sobre esta afirmação, faz-se necessário trazer elementos acerca do cotidiano e da vida doméstica que se desenrolam nestes ambientes que, neste texto se refere a Ocupação Mauá.

Cotidiano e Movimento

A Ocupação Mauá é atipicamente composta por três movimentos sociais de moradia distintos: Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC), Movimento por Liberdade e Justiça (MMLJ) e Associação Sem Teto da Cidade de São Paulo (ASTC-SP). Esta configuração tripartite tem impactos tanto políticos como na organização da dinâmica da Ocupação. Para este texto, o que importa é ressaltar o que se refere à organização local. Cada movimento é responsável por organizar as famílias de um dos andares⁶, assim como mantêm as suas próprias reuniões de base, reuniões de coordenação e assembleias. Dois dos movimentos realizam as reuniões de base na própria ocupação e o MMRC as realiza na sede da ONG Gaspar Garcia de Direitos Humanos, próximo ao metrô Armênia. Quinzenalmente, a coordenação dos andares e demais coordenadores dos três movimentos se reúnem para discutir questões comuns à Mauá. Há ainda outro evento que congrega os três movimentos mensalmente: a assembleia geral de moradores da Ocupação. De todos estes eventos mencionados participei de reuniões de coordenação e assembleias conduzidas pelo MMRC e de somente três assembleias gerais de moradores. Somado a isso, minhas observações referentes ao cotidiano da Ocupação advêm dos momentos que passei transitando na Ocupação entre uma atividade e outra. Ainda que minha entrada na Mauá

⁶ Somente o MMLJ é responsável por dois andares.

fosse sempre livre, eu me atinha a estar presente nos dias em que eu desenvolvia atividades na Ocupação, ou quando ia visitar alguma moradora ou ainda como ponto de encontro com Nelson para alguma reunião fora da Ocupação.

Assim, as cenas descritas são uma compilação a partir dos muitos dias de presença na Ocupação. Busquei reunir pequenos quadros, diálogos e detalhes, para apresentar algo do cotidiano da Ocupação e como a vivência neste local impacta a vida de quem o habita, tanto na produção de novas formas de sociabilidade, novas formas de encarar o mundo, como na própria produção da coletividade que chamamos movimento social.

Cena I: uma terça-feira qualquer

Era uma terça-feira. E a despeito deste detalhe não constar no caderno de campo, sei com precisão, pois era o dia em que trabalhava como educadora voluntária na Escola Popular Margarida Maria Alves. Em geral, às terças-feiras, minhas atividades na Mauá se estendiam por todo o dia, começando com a reunião de coordenação do movimento às 9 horas e terminando junto com as aulas às 21 horas. A estadia prolongada me permitia observar o fluxo do lugar em um dia ordinário.

Após a reunião de coordenação, fui visitar Thelma, (que já conhecemos no começo deste texto). Colocamos a conversa em dia enquanto varriamos juntas o pátio da “vilinha”⁷ e, mais tarde, cortávamos frutas para uma encomenda que ela atenderia no dia seguinte. Desempregada há algum tempo, Thelma agora vendia salada de frutas para compor o rendimento doméstico. Parte das vendas eram realizadas para empresas e comércios da região e uma outra parte dentro da própria Ocupação. É possível encontrar toda uma sorte de profissionais na Mauá e muitas das moradoras e moradores retiram seu sustento, ou parte dele, das relações econômicas estabelecidas dentro ou a partir da Ocupação, como é o caso das “sacoleiras” e “sacoleiros” que vendem lingerie, roupas, calçados, produtos de beleza (como os da marca Avon, Natura, Jequiti, etc.); ou de quem ofertava serviços

⁷ A área que foi construída para receber as doze famílias despejadas da ocupação vizinha à Mauá (p. 3) recebeu dos moradores e moradoras a alcunha de “vilinha”.

como manicure, manutenção hidráulica, elétrica, construção civil, reformas, limpeza, cuidado de crianças e a própria portaria. Alguns dos ocupantes mantêm pequenas lojas de comércio intramuros, como é o caso da “lojinha da Raquel”⁸, uma mercearia que vende itens de supermercado; alguns outros mantêm comércios em espaços externos, mas conjugados à Ocupação, como é o caso do “Cantinho da Nice”.

O “Cantinho da Nice” é um bar e restaurante. O espaço é pouco maior que um corredor e o suficiente para caber uma geladeira, um fogão e, no máximo, uma pessoa. Na porta do pequeno bar há um banner pendurado com o nome do restaurante e com o cardápio do dia e, na calçada, mesas dobráveis que Nice dispõe para alimentar uma clientela fiel. O ponto é movimentado e serve muita gente da própria ocupação e dos arredores. Boa parte dos alimentos são preparados em seu “espaço” e no restaurante ela os aquece e serve nas mesas ou em marmitas para viagem. É para este local que Thelma e eu seguimos para tomar um café depois do almoço em sua casa. Eu era frequentadora assídua do “Cantinho”. Minhas tardes na calçada do restaurante passavam lentas, mas não sem movimento. O que não faltava era companhia para tomar um café, comer um cuscuz com margarina, uma batata frita com maionese, ou simplesmente para contar um causo. Das mesas também se tem uma visão privilegiada da entrada da Ocupação e do fluxo de gente que nunca cessa: pessoas saindo e chegando do trabalho, do supermercado, do lazer, as crianças e adolescentes indo e voltando da escola ou saindo na calçada para brincar, com tanta tranquilidade e desprendimento como se aquela parte da rua fosse uma extensão dos pátios da Mauá.

Na tarde em que eu estava na companhia de Thelma, juntou-se à nossa mesa Nice e uma mulher mais velha que eu não conhecia. Depois de um tempo, um homem e uma mulher jovens e um senhor de meia idade somaram-se ao grupo. Em certo momento, o homem mais jovem queixou-se da necessidade de comparecer à assembleia geral que ocorreria na noite seguinte. Ele tinha um compromisso que não queria desmarcar, cogitava não ir à assembleia, mas uma das mu-

⁸ No documentário “Leva”, Raquel conta como conseguiu o espaço para a mercearia depois de perder seu material de trabalho mais de uma vez para o “rapa”. Rapa é o nome atribuído aos fiscais e policiais do município que apreendem mercadorias de vendedores ambulantes não licenciados.

Iheres, a mais velha, o repreendeu e reiterou a importância de comparecer ao evento. A outra mulher, mais jovem, também se queixou da quantidade de reuniões e atos a fazer parte e, principalmente, da necessidade de faltar ao trabalho todas as vezes em que era dia de “festa” e era preciso passar a noite nos prédios recém-ocupados. Alegava ter perdido dois trabalhos por esta razão e não queria perder mais um. Thelma interveio e lhe perguntou se ela ainda teria emprego se não tivesse mais aonde morar. A mulher mais velha contou que ela mesma, quando estava sem endereço fixo, não conseguia emprego registrado e nem como diarista em “casa de família”; contou ainda que havia demorado muito tempo antes de entender que “patrão” não está “nem aí pra gente” e que achava um absurdo “esses que demitem” sabendo que a razão da ausência no trabalho era pra “fazer luta”. Começaram uma discussão que se não era acalorada, era seguramente enérgica. Somaram-se ainda queixas de que o dia “era corrido demais” e que no “pouco tempo livre” ainda tinham um “monte de obrigações”. Ao mesmo tempo, surgia na mesa a afirmação de que “vida de pobre é dura mesmo” e que não havia outro jeito além de “arrumar tempo” para se fazerem presentes na “luta”. Com a chegada de um cliente, Nice se levantou, uma das mulheres ofereceu-se para pegar uma cerveja para o grupo e a conversa fluiu para outros assuntos.

Cena II: reunião de coordenação

A rotina na Mauá começava bem cedo, contou-me a porteira. Por volta das 4:30 da manhã, com um primeiro fluxo de pessoas indo ao trabalho. Por volta das 6 horas era a vez das crianças que estudavam no turno da manhã. Assim que por volta das 9 horas, quando eu habitualmente chegava, tudo estava relativamente tranquilo. As reuniões de coordenação ocorrem no salão de atividades da Ocupação, diferente das assembleias e reuniões de base que acontecem na ONG. Essas reuniões duram em torno de uma a duas horas, a depender das pautas do dia, mas nunca mais do que isso, pois todas as coordenadoras são mães de família e têm outras obrigações com hora marcada. Isto era sempre pontuado quando algo indicava que a

reunião ia se alongar mais do que o esperado. Havia sempre alguma delas que anunciava que sairia às onze: “pra ajeitar a comida para os meninos”. Algumas enviavam as crianças para escola depois do almoço, outras as receberiam da escola, mas todas estavam atentas para que o almoço estivesse pronto na hora.

Em uma destas reuniões em que estão presentes Nelson, três coordenadoras e eu, o primeiro item da pauta do dia referia-se a uma confusão gerada e mantida por duas vizinhas do terceiro piso. O caso foi cuidadosamente narrado pela coordenadora do andar em que viviam as protagonistas do conflito: ambas mães de crianças pequenas que costumavam brincar pelos corredores estreitos da Ocupação. Os nomes citados me eram desconhecidos e os detalhes da discussão doméstica eram confusos, mas entendi que cada qual atribuía à outra a responsabilidade pelo tumulto além de se acusarem-se mutuamente de “não saber[em] educar criança direito”. O que deu início à contenda foi que uma das crianças chinelou e feriu o olho da outra. A mãe da criança ferida ralhou o pequeno agressor, cuja mãe, ofendida pela repreensão da criança, discutiui com a outra mãe e com a outra criança. A briga foi logo esquecida pelos pequenos, que já corriam juntos no pátio, mas as mães levaram adiante o rancor e “todo dia agora as duas brigam, batem boca e fazem escândalos no andar”. Implicam com “coisas que não implicavam antes” e as algazarras aumentaram em escala e em volume ao ponto de incomodar os vizinhos, que se queixaram à coordenação geral. Foi dado às duas mulheres uma advertência, e isso acirrou ainda mais os ânimos, agora também contra os vizinhos queixosos. Por fim, o caso foi levado à coordenação do MMRC para que este tomasse precauções e pusesse fim ao conflito. Depois de um tempo razoável de conversas, o assunto foi “encaminhado” e uma das coordenadoras foi designada para conversar com ambas as mulheres e colocar fim à briga, ou ambas seriam convidadas a “deixar o espaço.”

Havia ainda um outro caso sobre queixas domésticas a ser discutido na pauta antes de passarmos para outros assuntos. Desta vez o problema advinha do quinto andar. Uma família festeira estava incomodando os companheiros. A queixa era de uma das coordena-

doras, cujo apartamento era embaixo do vizinho animado. Ela afirmava que outras pessoas também já haviam se queixado e por isso ela trazia “a pauta” para a reunião. “Que todo mundo tem direito ao seu lazer, sua cervejinha no final de semana, tá certo!”, mas o problema parecia ser a falta de moderação pois, na medida que as latas de cerveja eram esvaziadas, o volume do som e das vozes aumentavam. As festas só acabavam com o começo de alguma confusão. No último sábado, inclusive, haviam convidado “até gente de fora” e isso potencializou o problema. O que ocorreu de fato era detalhe que ninguém tinha, mas o que se sabia é que provocou ciúmes por parte do marido, que por fim bateu no tal visitante. Com o fim do relato, Nelson consternado afirmou que “este tipo de coisa não poderia ter”, com todos os presentes concordando que, se a família não entrasse no prumo, teriam que lhes pedir o “espaço”. Ele me explicou que esta combinação de festas e bebedeira de maneira desenfreada não é permitida pelo regulamento interno na Mauá. As regras de convivência não foram estabelecidas por imposição das coordenações, mas aprovadas em assembleia geral, com a anuência de todos e, por isso, “precisavam ser seguidas”.

Outra questão recorrente nas reuniões de terça-feira referia-se à rotina de limpeza dos andares. Cada coordenadora e coordenador de andar é responsável por monitorar que todas as moradoras e moradores respeitem o calendário de limpeza dos corredores e dos banheiros, lembrando que banheiros e lavadeiras são coletivos. Assim, se Maria ou José descumpriam a agenda, era papel da coordenação conversar com José ou Maria para entender o porquê do descumprimento ou mesmo “aplicar uma advertência” se necessário. Depois de três advertências consecutivas, “medidas mais drásticas” eram tomadas. Ouvi que isto poderia implicar em “pedir pra pessoa o espaço”, mas, se de fato tal regra já foi levada a cabo, não pude saber.

Outros temas que compõem a pauta destas reuniões passam pela organização de atos, manifestações e “festas”, além da participação nos eventos organizados pelas outras entidades cujo Movimento também faz parte: como a Unificação de Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM), Central de Movimentos Populares (CMP) e

União dos Movimentos de Moradia (UMM)⁹. Também se anunciam algumas das atividades e reuniões que Nelson, como coordenador geral do MMRC, deverá participar na próxima semana, assim como o pedido ou designação de quem deverá acompanhá-lo ou substituí-lo. Ou ainda, quem falará na próxima assembleia geral, ou quais as ações que o movimento tomará diante de uma ou outra alteração na conjuntura da política municipal, estadual ou federal e outros temas pontuais, como decidir qual será a nova cor da camiseta, se haverá ou não modificações no símbolo do movimento.

Cena III: dia de festa

Na porta da Ocupação Mauá o trânsito de pessoas era um pouco mais dinâmico que em uma noite de domingo qualquer, mas isso não era exatamente atípico já que era frequente receber eventos e convidados nos pátios da Mauá. O salão de atividades localizado ao lado do pátio central estava repleto de gente, e mais pessoas chegavam aos poucos. Eu não conhecia muitos dos presentes. Por volta das 22 horas Neti, a coordenadora Geral da Ocupação, com um microfone e à frente do salão, iniciou a assembleia. Depois de Neti, foi a vez de Nelson ao microfone. Na sequência, outras coordenadoras e coordenadores da Mauá, assim como representantes da Frente de Luta por Moradia (FLM) foram convidados a falar. No total a assembleia durou cerca de quarenta minutos. Ao final dos quais, as pessoas foram instruídas a calmamente recolherem suas coisas: mochilas, travesseiros e colchonetes e, em grupos de quinze ou vinte pessoas, deixarem a Mauá, respeitando intervalos de tempo entre um grupo e outro. Todos os grupos acompanhavam alguém da coordenação. Ninguém sabia qual era o prédio “alvo” da ocupação, mas todos seguiam rumo à Avenida Ipiranga. O local de encontro era a garagem de uma ocupação da FLM. A coordenação pediu a todos que entrassem e esperassem sem fazer barulho. Naquele ambiente de pré-ocupação não era difícil reconhecer aquela ou aquele que estava fazendo parte destas atividades pela primeira vez: faziam muitas

⁹ Sobre as associações, relações e fragmentações dos movimentos de moradia da região central de São Paulo, ver Bologna, 2018 e Filadelfo, 2008.

perguntas, mostravam-se ansiosos, inquietos e por vezes com medo. Era um contraste com a atitude de quem não ocupava pela primeira vez. Ainda que houvesse tensão e receio por parte de todos, afinal imprevistos podem acontecer, os reincidentes mantinham a calma e até um comportamento mais descontraído. Às 23:55, os homens responsáveis por “começar a ação” se posicionaram em frente à porta de ferro, os presentes na garagem correram, esperando encontrar as portas já abertas, afinal, essa é uma ação que costuma levar de um a dois minutos. Mas algo deu errado naquele dia, porque a despeito das muitas marretadas a porta não cedia, o que era um grande problema, pois a polícia – que já havia passado algumas vezes pela avenida naquela noite – poderia chegar a qualquer momento e reprimir a ocupação. As pessoas começaram a se agitar, o nervosismo cresceu, assim como a pressão sobre os homens que se revezavam com as marretas e os pés de cabra. A porta, resistente, levou exatos cinco minutos para ser aberta: “nunca vi tanto tempo pra abrir uma porta”, me disse uma das coordenadoras da FLM. O alívio foi imediato e as pessoas alvoroçadas apressavam-se para entrar no prédio. Celulares iluminavam temporariamente os passos dos ocupantes, ouvia-se gritos de “cuidado!” e “não empurre!”. Em alguns segundos a escuridão acolheu a multidão com suas malas, caixas de mantimentos e cobertores e as portas se fecharam outra vez. Depois de algum tempo, uma grande bandeira vermelha pendeu de uma das sacadas com a sigla do MMLJ¹⁰, simbolizando que aquele edifício agora estava ocupado.

Todas as cenas acima narradas evidenciam a presença do Movimento no cotidiano das pessoas que habitam as ocupações. Há toda uma sorte de responsabilidades para com a coletividade e com o Movimento, que vão desde as tarefas de limpeza dos espaços partilhados, passando pelas atividades compulsórias já mencionadas, até eventos extraordinários – como ocupar um prédio – que, de tão frequentes, acabam por serem incorporados na esfera do ordinário.

¹⁰ Esta foi uma atividade sob a responsabilidade e coordenação do MMLJ que, por sua vez, pertence à FLM, grupo do qual o MMRC não faz parte. Contudo, dada a proximidade entre os movimentos coordenados por Ivaneti e por Nelson, o MMRC atuou na ocupação do prédio e permaneceu no apoio por cinco dias.

É importante ressaltar que em um ambiente tão plural não há homogeneidade de pensamentos e comportamentos. Ainda que todos estejam juntos em prol de objetivos comuns, essa união não ocorre sem ruídos, dissensos e conflitos das mais diversas origens. Mediar tais situações é, inclusive, uma das justificativas para a regulação das esferas cotidianas por parte das lideranças. Jirlania certa vez me disse que em uma ocupação,

“você tem gente de todo o tipo, de todo lugar e cada uma com uma educação diferente. Se não tiver a coordenação para colocar ordem, vira bagunça!”.

Uma ocupação “organizada” também ganha notoriedade no âmbito público e tem o poder de prejudicar ou influenciar positivamente nas relações com os poderes públicos, como em situações de ordem de despejo ou quando há um pleito para o atendimento às famílias. A pintura da fachada do edifício, que já foi previamente mencionada, é outro exemplo disso. A ação que transformou a Mauá no “prédio mais bonito da cidade”, lhe deu também respeitabilidade e mostrou que os “sem-teto não são vândalos e cuidam do lugar onde vivem”, como figura no discurso de suas moradoras e moradores. O Movimento, representado por suas lideranças, além de mediar questões internas, também tem o papel de mediar a relação das famílias da ocupação com o poder público e outros agentes externos.

Como vimos na cena I, a participação compulsória nas atividades do Movimento pode causar tanto dissenso como anuência entre os sem-teto. Cientes de tais controvérsias, lideranças como Nelson e Neti, são veementes em insistir na presença de todos nestas atividades. Como ressalta a fala de Nelson durante uma assembleia geral:

- ‘Não é ir um dia só [por mês] na sua organização, no seu movimento. A luta é ir em ato, ocupar, ir em manifestação, é participar, participar, participar e participar’.

Nos discursos proferidos antes de uma ocupação, é comum que além dos detalhes de última hora, como a localidade do prédio-alvo que não são relevados com antecedência, as lideranças reforcem a importância da participação de todos e de certas posturas importantes de serem observadas pelas pessoas envolvidas com o Movimento. Em 2011, Neti se dirigia às pessoas com a seguinte fala¹¹:

- ‘É importante lembrar que sem teto não é vagabundo. A gente sabe que de uma forma ou de outra alguém tem que dar uma satisfação ao patrão! Hoje é o dia D, amanhã é o dia D¹². Depois de terça-feira, tudo bem. Quem precisar de uma declaração, de um comprovante... nós temos. Dizendo e orientando que vocês estão saindo para uma atividade pra habitação na prefeitura municipal de São Paulo. Eu até brinquei com uma companheira aqui: ‘Ah! porque eu entro amanhã pra trabalhar as 7:00’. ‘Entra pra trabalhar às 7:00 e no final do mês, como pagamento, tá sofrendo aí porque não consegue pagar o aluguel’. Então gente, vamos parar um pouquinho. Uma coisa não caminha sem a outra. (...)’

Em outras assembleias que presenciei, Neti era categórica ao dizer que “todos terão que entrar no prédio e passar a noite lá”. Por vezes, ouvia-se um ou outro murmuro de desconforto da plateia, ao que Neti, sem dirigir-se a ninguém em particular, ressaltava, uma e outra vez, a importância da luta coletiva, de estarem todos presentes, do papel da coletividade para pressionar o poder público e, tradicionalmente, fechava as falas com a performance que já se tornou sua marca: pedir a todos os presentes que respondam ao “grito de ordem” levantando o braço esquerdo “aquele do coração”. Ao chamado de Neti: - “quem não luta!...!” todos os presentes gritam em uníssono “tá morto!”.

Nelson, em um outro momento de fala, evidenciava questões semelhantes:

11 Fala extraída do Documentário “Leva”.

12 Dia D, são as 48 horas necessárias de permanência no edifício que será ocupado para que se configure uma ocupação. Só depois destes dois dias é que o fluxo de entrada e saída do edifício é livre.

- ‘Antes que vocês se queixem de precisar passar duas noites no prédio, eu quero que vocês se lembrem de porque fazemos isso. Do porquê da luta. Porque essa luta é por justiça. Pra que nós, pobres e trabalhadores, possamos sobreviver e tenhamos os nossos direitos atendidos. Eu sei que muitos daqui trabalham e não querem faltar no trabalho. Mas se não tiver onde morar, o patrão vai dar casa? Se tiver morando na rua, vai poder continuar no emprego? Eu deixo essa pergunta pra nossa reflexão’.

A obrigatoriedade na participação das pessoas e famílias em reuniões e assembleias são ferramentas de criação de vínculos e identificação, tanto entre as pessoas que o compõem, como com a causa pela qual elas lutam. Como apontou Carneiro da Cunha (1985, p. 206)

a identidade é construída de forma situacional e contrastiva, ou seja, ela constitui resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema. É uma estratégia de diferenças.

Jirlania, certa vez me disse que “todo mundo que está aqui na ocupação ou já foi despejado ou já esteve pra ser despejado, ou já morou de favor ou na rua”. Em uma outra ocasião, ao fim de uma ocupação de três dias, em que a polícia retirou os ocupantes do local, todos os presentes partilhavam estados de ânimo que iam da tristeza à revolta. Jirlania, emocionada, me abraçou e disse: “é todo esse sofrimento, é essa coragem e essa força, que a gente nem sabe de onde tirar, que une a gente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste texto foi buscar responder a uma questão que me inquietou a partir da pesquisa de campo: porque, no cotidiano de uma ocupação, é comum que se decline do termo casa em favor do termo “espaço”, quando se referem a seus locais de habitação? Ademais, e estimulada pela primeira questão, me interessava apreender como certas noções de sociabilidade são produzidas na dinâmica cotidiana em uma ocupação por moradia.

O que espero ter deixado claro é que o termo “espaço” parece ser compreendido como detentor de uma gramática e temporalidade próprias. Em síntese, o “espaço”, não pode ser uma “casa” porque não detém todos os atributos que uma casa, idealmente, possui, isto é: guardar a segurança material e emocional de seus habitantes, garantir a tranquilidade e a privacidade, além de assegurar que as regras de convívio de cada núcleo familiar são estabelecidas internamente.

O “espaço”, ao mesmo tempo que contrasta com a “casa”, também se distingue das características atribuídas à “rua”, isto é, um ambiente que abriga o que é confuso, incerto e perigoso. O que propus demonstrar aqui é que para minhas e meus interlocutores, ou seja, pessoas que ocupam prédios vazios para fins de moradia, o “espaço” situa-se entre ambas as categorias – a casa e a rua – englobando algumas características de ambas, mas sendo compreendido por seu significado próprio e por inspirar noções particulares de conduta, sentimento e temporalidade, visto que no “espaço” prevalece a dimensão do trânsito, do temporário [e da ação do movimento também, não é?]. O “espaço” é um local entre o indesejado de estar na rua e o ideal da conquista da casa própria. Ademais, a vivência nos “espaços” incorpora toda uma sorte de experiências que são inscritas nos corpos de quem faz parte da “militância”, influenciando em suas posturas e na forma de se fazer luta. No “espaço”, eventos domésticos e ordinários misturam-se a eventos que, a princípio, são da esfera do extraordinário: como toda uma rotina de reuniões e assembleias políticas, confrontos com forças policiais, ocupações de prédios abandonados. Ao adentrarem nos movimentos e nos “espaços”, os eventos antes tidos como extraordinários passam a compor toda uma rotina doméstica e que, por fim, ganha espaço dentro o que é também parte do cotidiano. Tais dinâmicas possibilitam a produção de outros tipos de sociabilidade, centrada na partilha (de narrativas, de cotidiano, de reuniões, etc.) e na luta coletiva. Tais posturas, por sua vez, corroboram para a consolidação de vínculos entre os sem-teto, e são também um modo de produzir coletividade e fortalecer o próprio movimento de luta por moradia.

REFERÊNCIAS

- BOLOGNA, P. Narrativas, “espaço” e dádivas. A conformação de um Movimento de luta por moradia. 2018. 155p. *Dissertação* (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2018.
- CUNHA, M. C. *Negros, estrangeiros*. Os escravos libertos e a sua volta à África. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- FILADELFO, C. R. A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). 2008. 201p. *Dissertação* (Mestrado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- _____. A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo. 2015. 271 p. *Tese* (Doutorado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo, São Paulo,
- KOHARA, L. As contribuições dos movimentos de moradia do centro para as políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo. 2013. *Relatório Científico Final de Projeto de Pós-doutorado*. São Paulo, FAFESP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- PATERNIANI, S. Z. Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência. 2013. 256 p. *Dissertação* (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.
- RIBEIRO, B. M. Sobre o rururbano: a ocupação Dandara e os desafios da luta por moradia para além do rural e do urbano. 2017. 181p. *Dissertação* (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2017.
- INGOLD, T. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- DAMATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rocco. 5ª edição, (1986) 1997.

REFERÊNCIA FILMOGRÁFICA

- LEVA. 2011. Direção: Juliana Vicente. Produção: Preta Portê Filmes. Documentário, 55’.